

FRANCISCO GOMES

UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa;

Fundação para a Ciência e Tecnologia

franciscojbgomes@gmail.com

GÉNERO, IDENTIDADE E PODER: PARA UMA LEITURA CRÍTICA DAS RELAÇÕES DE GÉNERO EM ARQUEOLOGIA

GENDER, IDENTITY AND POWER: TOWARDS A CRITICAL APPROACH TO GENDER RELATIONS IN ARCHAEOLOGY

“Conimbriga” LIV (2015) p. 27-44

http://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_54_2

RESUMO: Embora o impacto da Teoria Feminista e de Género em Arqueologia remonte ao final dos anos '70 do século XX, o interesse pela análise do papel da mulher e das relações de género no Passado tem permanecido largamente marginal na investigação arqueológica portuguesa. Em vista de uma desejável consolidação desse interesse, recolhem-se algumas reflexões críticas sobre as possíveis vias de desenvolvimento de futuras linhas de investigação enquadráveis na Arqueologia Feminista e de Género em Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia; Teoria Feminista; Estudos de Género; Identidade; Poder

ABSTRACT: Despite the already consolidated impact of Feminist and Gender Theory in archaeological thought, which dates back to the late 1970s, the interest in the analysis of the role of Women and gender relations in the Past has remained largely marginal in Portuguese archaeological research. In view of the desirable consolidation of such an approach this contribution collects some reflections on

Conimbriga, 54 (2015) 27-44

the possible ways of development for future research lines within the framework of Feminist and Gender Archaeology in Portugal.

KEYWORDS: Archaeology; Feminist Theory; Gender Studies; Identity; Power

GÉNERO, IDENTIDADE E PODER: PARA UMA LEITURA CRÍTICA DAS RELAÇÕES DE GÉNERO EM ARQUEOLOGIA

*«She does know the earth
is run by mothers, this much
is certain. She also knows
she is not what is called
a girl any longer. Regarding
incarceration, she believes*

*she has been a prisoner since
[she has been a daughter.]»*

Louise Glück, *Persephone the Wanderer*,
in *Averno*, Farrar, Straus & Giroux, 2006.

0. Palavras prévias

O presente contributo resulta de um conjunto de reflexões que tive o prazer e o privilégio de apresentar no âmbito do Seminário «*A Arqueologia Portuguesa sob o Signo da Mulher: da sombra à cátedra*», realizado a 21 de Outubro de 2014 sob os auspícios da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa¹.

Esse seminário, que tanto quanto sei constitui o primeiro evento científico de considerável alcance especificamente dedicado ao papel da mulher na Arqueologia Portuguesa e aos problemas relacionados com as leituras de género em Arqueologia realizado em Portugal, pare-

¹ Gostaria de expressar o meu agradecimento à Dr.^a Ana Cristina Martins pelo convite que me endereçou para participar no referido Seminário.

ce-me constituir uma iniciativa de sumo interesse e importância, e que reúne todas as condições para se tornar um marco fundamental na historiografia da disciplina arqueológica em Portugal.

De facto, e como é bem sabido, o tema do papel da mulher e das relações de género mereceu, até ao presente, uma atenção perfeitamente residual na Arqueologia portuguesa, salvo raríssimas reflexões produzidas a partir dos anos '90 (JORGE e JORGE 1996; JORGE 1997; cf. tb. DINIZ 2006; BOAVENTURA 2011; GOMES 2011; BUGALHÃO 2013) e cujo impacto foi apesar de tudo reduzido.

Assiste-se hoje, contudo, a um renovado interesse por este campo de análise e reflexão, que bem poderá constituir um ponto de inflexão que permita lançar – muito tardiamente, de resto – linhas de análise e discussão do papel da mulher nos distintos contextos abrangidos pela disciplina arqueológica e, num sentido mais lato, da construção e representação das identidades e relações de género.

Deve reiterar-se, contudo, que a abertura da comunidade arqueológica portuguesa a estas temáticas chega já com um considerável atraso. As leituras feministas e de género em Arqueologia remontam noutros ambientes académicos, como é bem sabido, aos anos 70 e inícios dos 80 (cf. GERO 1983; CONKEY e SPECTOR 1984; BERTELSEN, LILLEHAMMER e NAESS 1987²; GERO e CONKEY 1991), e no interesse de ancorar solidamente uma desejável contribuição nacional para essas leituras, torna-se fundamental reconhecer a evolução interna da Arqueologia de Género e a complexidade conceptual que alcançou nas quatro décadas do seu desenvolvimento.

Com efeito, se o tardio interesse pelas leituras feministas e de género em Arqueologia pode ser encarado como uma desvantagem, ao significar que o trabalho de base, teórico, metodológico, mas também social, para uma melhor compreensão das identidades e relações de género na Arqueologia portuguesa e no seu discurso permanece quase integralmente por fazer, este desfasamento pode também aproveitar-se como uma significativa mais-valia ao permitir que as contribuições futuras da investigação nacional capitalizem um manancial de infor-

² Embora date de 1987, sendo portanto posterior aos seminais trabalhos da “escola americana” de J. Gero, M. Conkey e J. Spector, o volume *Were they all men?* editado por R. Bertelsen, A. Lillehammer e J. Naess corresponde às actas de um encontro pioneiro realizado em 1979 na Noruega e que constitui um dos eventos fundacionais da Arqueologia Feminista escandinava e, em geral, europeia.

mação, de experiências e de debates teórico-metodológicos inserindo-as plenamente no vibrante quadro da Arqueologia de Género contemporânea, com todas as suas *nuances* e fracturas.

1. Sobre a complexidade interna da Arqueologia Feminista e de Género: notas para uma cartografia em construção

A evolução – e complexificação – interna da Arqueologia de Género foi já sobejamente exposta em análises historiográficas que excedem largamente o escopo da presente contribuição (v., sobretudo, GILCHRIST 1999; cf. tb. CLAASEN 1994; DOMMASNES/ MONTÓN-SUBÍAS 2012; DÍAZ-ANDREU 2014). É bem sabido que as propostas teórico-metodológicas iniciais, com o seu programa de conferir visibilidade às mulheres no registo arqueológico e na prática disciplinar com abordagens de tipo *cherchez la femme* ou *add women and stir* (v. DOMMASNES e MONTÓN-SUBÍAS 2012: 369) foram progressivamente suplantadas por propostas mais ambiciosas que visavam a reconstrução da própria estrutura epistemológica disciplinar através do diagnóstico e correcção dos entraves estruturais ao reconhecimento do papel das mulheres – mas não só – no passado e no presente disciplinar (CONKEY e SPECTOR 1984; GERO e CONKEY 1991; GILCHRIST 1991; 1999; NELSON, NELSON e WYLIE 1994).

Pode a este respeito evocar-se a útil reflexão de S. Lozano Rubio (2011) que, inspirando-se no faseamento proposto por S. Harding para a evolução da epistemologia feminista (HARDING 1986), demonstrou a existência no seio da Arqueologia de Género de um processo de desenvolvimento semelhante: as primeiras leituras que, partindo de metodologias e protocolos científicos bem estabelecidos, visam suprir a lacuna dos discursos vigentes no que às contribuições femininas diz respeito enquadrar-se-ia num fase de empirismo feminista (LOZANO RUBIO 2011: 24-8), suplantado a prazo por leituras situacionais marcadas pela chamada *standpoint theory* que assinalam o carácter contextual e culturalmente situado de todo o conhecimento (*idem*: 28-32).

A Arqueologia Feminista e de Género acrescentou nesse processo ao seu carácter político e militante uma vertente epistemológica fundamental que não pode, no momento presente, ser ignorada; a par com outras correntes emergentes no quadro do chamado Pós-Processualismo, esta linha analítica veio demonstrar as aporias de um objec-

tivismo *naïf* que se limitava a reproduzir acriticamente, sob protocolos científicos pretensamente assépticos, pressupostos e enviesamentos decorrentes do contexto sociocultural do presente da investigação (WYLIE 2007).

Porém, e como bem se tem assinalado, e aparte certas leituras que se enquadram no terceiro e último momento epistemológico proposto por S. Harding (1986), o da pós-modernidade feminista (cf. LOZANO RUBIO 2011: 32 e ss.), a Arqueologia Feminista e de Género sempre foi avessa aos radicalismos subjectivos e relativistas próprios das formas mais “duras” do Pós-Processualismo (WYLIE 2007; BERROCAL 2009; LOZANO RUBIO 2011: 32-3).

De facto, um dos seus grandes contributos para o panorama mais geral da discussão teórica e epistemológica da disciplina tem sido a busca de modelos de actuação que permitam reconhecer os constrangimentos ideológicos inevitáveis da produção científica e incorporá-los criticamente no processo de validação da evidência empírica como forma de calibrar os resultados extraídos da sua interpretação (WYLIE 2007; cf. tb. MONTÓN-SUBÍAS e LOZANO RUBIO 2012). Esta procura do que se designou como uma *objectividade forte* (HARDING 2002) é naturalmente um exercício permanente, ao qual poderão facilmente somar-se contribuições vindas de novos campos e tradições académicas como, por exemplo, a portuguesa.

Estas considerações parecem-me relevantes neste contexto, pois se o interesse nascente sobre o papel da mulher na Arqueologia portuguesa se converter, como seria desejável, numa lógica mais sustentada de análise das questões de género na Arqueologia portuguesa, convém ter bem presentes, como já tive oportunidade de referir, as coordenadas da discussão no plano internacional de forma a evitar repetir desnecessariamente um percurso já desenvolvido.

Não pretendo negar a idiossincrasia do caso português, ao qual é ainda necessário adaptar o quadro de referência da Arqueologia de Género em todas as suas múltiplas facetas; contamos, no entanto, com bons referentes que poderão enquadrar – e adiantar – o trabalho a realizar em Portugal, como por exemplo o da vizinha Espanha, país com que partilhamos tantas características histórico-culturais e onde este tipo de abordagens se encontra já francamente enraizado (SÁNCHEZ ROMERO 2005; MONTÓN-SUBÍAS e SÁNCHEZ-ROMERO 2008; DÍAZ-ANDREU e MONTÓN-SUBÍAS 2012; MONTÓN-SUBÍAS 2014).

Todas estas reflexões dizem respeito à complexidade do campo da

Arqueologia Feminista e de Género num plano diacrónico e à necessidade de compreender a sua evolução para não transpor desnecessariamente, reitero, erros e discussões esgotadas para o plano nacional. Mas as leituras de género em Arqueologia revestem-se também presentemente de uma marcada complexidade sincrónica. Esta decorre, por um lado, da diversidade de abordagens e perspectivas com que a temática das identidades e relações de género foram tratadas; aquilo a que me tenho referido neste contributo, *grosso modo*, como Arqueologia de Género comporta múltiplas correntes com quadros conceptuais parcialmente sobreponíveis, mas claramente diferenciados.

Com efeito, tem-se salientado a especificidade resultante do desenvolvimento da Arqueologia de Género em cada ambiente académico específico (cf. DOMMASNES e MONTÓN-SUBÍAS 2012), traduzida em linhas teóricas e analíticas idiossincraticamente adaptadas às especificidades culturais dos meios em que esta se tem desenvolvido. Por outro lado, a adesão a linhas diferenciadas dentro da Teoria Feminista – Feminismo de Segunda Vaga, de Terceira Vaga, Pós-Feminismo (cf. WHELEHAN 1995; GAMBLE 2001; HEKMAN 2006; HALL 2006) – ou nalguns casos o abandono da agenda feminista (cf. BERROCAL 2009) são factores de diferenciação que, não podendo ser explorados no espaço deste contributo, não podem deixar de se assinalar.

Mas a mencionada complexidade decorre também do facto, reconhecido desde os inícios da Arqueologia de Género, de as questões da identidade e das relações de género intersectarem a Arqueologia de múltiplas formas; essa intersecção manifesta-se particularmente a três grandes níveis:

- a um *nível discursivo*, abordando criticamente os pressupostos da produção do conhecimento em Arqueologia (cf. WYLIE 2007) e procurando rectificar a visão das sociedades do Passado através de leituras mais equilibradas e realistas das relações de género (cf. MONTÓN-SUBÍAS/ SANCHÉZ ROMERO 2008);
- a um *nível historiográfico*, desconstruindo as narrativas normativas sobre a história da disciplina arqueológica e repensando o papel das mulheres na sua génese e desenvolvimento (cf. DÍAZ-ANDREU/ SØRENSEN 1998);
- a um *nível sociológico*, expondo as lógicas de discriminação e desigualdade existentes no interior da prática arqueológica e contribuindo para a reivindicação da equidade profissional (cf. GERO 1983; NELSON, NELSON e WYLIE 1994).

Sem desmerecer o interesse e relevância deste último nível, não me debruçarei aqui sobre ele, optando antes por me focar no que resta deste meu sumário contributo nos dois níveis restantes, no sentido de oferecer não um estado da questão mas tão-somente algumas notas de trabalho.

2. Discursos e Narrativas: a Arqueologia Feminista e de Género e a produção do conhecimento

Começando por uma abordagem ao que acima designei como *nível discursivo*, caberia antes de mais reconhecer que o desafio colocado à disciplina pela Arqueologia Feminista e de Género é duplo. Por um lado, e como já tive a oportunidade de comentar anteriormente, a aplicação desta linha analítica exige um questionamento crítico das lógicas de produção do conhecimento e a admissão do seu carácter social, política e historicamente situado (cf. WYLIE 2007). Por outro lado, o desenvolvimento de programas de investigação vocacionados para a releitura dos contextos e das sociedades do Passado têm vindo a permitir a revisão de hipóteses e modelos e a produção de narrativas mais equilibradas e holísticas sobre as comunidades objecto de estudo arqueológico (MONTÓN-SUBÍAS e SANCHÉZ-ROMERO 2008).

Estas duas vertentes são inextricáveis, e um primeiro passo para obter uma leitura equilibrada das sociedades do Passado consiste precisamente em reconhecer o enviesamento dos modelos de produção de conhecimento em Arqueologia que geraram, ao longo da história disciplinar, não poucos exemplos de interpretações subliminarmente tendenciosas e de leituras truncadas (v. GILCHRIST 1999).

No caso concreto de que aqui nos ocupamos, esse enviesamento manifesta-se, entre outros aspectos, numa projecção anacrónica das relações de género do presente nas sociedades do Passado e numa reificação da Mulher e do seu papel nessas sociedades (GERO 1983; CONKEY e SPECTOR 1984; GILCHRIST 1991; GERO e CONKEY 1991; v. tb. GILCHRIST 1999). A este estado de coisas a Arqueologia de Género veio contrapor, através de uma panóplia de ferramentas teórico-metodológicas das quais mencionarei apenas algumas, a necessidade de leituras mais equilibradas e, como tal, mais coerentes.

Um primeiro aspecto que me parece fundamental destacar é a natureza contextual da abordagem preconizada pela maioria das e

dos proponentes da Arqueologia Feminista e de Género. Ao assumir o carácter fluido, socialmente construído e eminentemente negociado das identidades de género, verifica-se de forma natural a necessidade de produzir leituras que reportem o objecto de estudo ao seu contexto social, político e cultural – em suma, ao seu contexto histórico concreto (GILCHRIST 1999).

Cumprе destacar, de resto, que essa análise não se limita à análise do papel da mulher e da construção social da feminilidade, tendo-se vindo a acumular os apelos para o desenvolvimento de leituras críticas da construção da masculinidade ou, melhor dizendo, das masculinidades (KNAPP 1998a; 1998b).

A desejável coerência teórica – e ideológica – exige, de facto, que a adesão a posições anti-essencialistas funcione em ambos os sentidos: se a condição e a identidade da Mulher não foi, nem é, constante, mas fluida e negociada, o mesmo se pode dizer das lógicas ideológicas em que assenta a representação da masculinidade. A ideia de uma *masculinidade hegemónica* uniforme pode e deve ser matizada em favor de uma visão mais complexa e multifacetada das identidades masculinas (cf. CORNWALL e LINDISFARNE 1994).

Esse interesse pelas fórmulas de construção e representação das categorias de género no interior de cada sociedade específica enlaça, por outro lado, de forma natural, com o reconhecimento da pluralidade de factores identitários que convergem em cada indivíduo ou grupo de indivíduos concretos (cf. INSOLL 2007). Verifica-se hoje um reconhecimento crescente da necessidade de analisar as formas como a identidade de género intersecta, no interior dos grupos analisados, outras fórmulas identitárias, sejam elas baseadas na classe, na etnicidade, na sexualidade, etc., que ecoa o profícuo desenvolvimento do conceito de *interseccionalidade* cunhado por K. Crenshaw (1989; 1991; cf. tb. DAVIS 2008) no seio da teoria feminista.

O reconhecimento do carácter fluido e negociado das identidades de género implica necessariamente um interesse pela ideologia que rege as relações entre os géneros. A uma concepção normativa das relações de género a Arqueologia Feminista e de Género contemporânea contrapõe a ideia de que essa ideologia é, também ela, contextual e negociada, encontrando-se em permanente fluxo e adaptação (GILCHRIST 1999; KEHOE 1999). As relações estabelecidas entre géneros encaram-se, pois, como mais complexas e multifacetadas do que as leituras tradicionais podiam entrever.

Fundamental para a compreensão dessa complexidade tem sido a reconsideração do conceito de poder. Tema privilegiado de reflexão filosófica, política e sociológica ao longo de toda a Modernidade (WOLF 1990), a ideia de poder manteve até recentemente um aspecto eminentemente monolítico assente na valorização exclusiva do poder público, e em particular da sua expressão política (SWEELY 1999a; HERNANDO GONZALO 2007).

No contexto da Teoria Feminista, mas também no da Arqueologia Feminista e de Género, essa concepção normativa e monolítica tem vindo a ser progressivamente desconstruída, desvelando dinâmicas e equilíbrios alternativos de poder que propiciam, entre outras importantes aquisições teóricas, a reconceptualização do papel da mulher na sociedade (SWEELY 1999b).

Para enunciar apenas algumas propriedades atribuíveis ao conceito de poder, poderíamos afirmar que este é:

- Multimodal, não existindo uma forma única de exercício do poder, mas múltiplas formas que se exercem sobre âmbitos distintos da vida em sociedade e como tal possuem graus de visibilidade diferentes;
- Multifocal, isto é, não se exerce exclusivamente na esfera pública e institucional, possuindo um carácter muito mais disseminado e, conseqüentemente, ambivalente;
- Multipolar, visto que no seio de uma sociedade, e em particular das sociedades pré-industriais, raramente se verifica uma integração vertical completa do poder, existindo sempre tendências centrípetas e centrífugas que podem ou não manter-se em equilíbrio;
- Em suma, muito mais difuso do que anteriormente se concebia, sendo frequentemente refractado ao intersectar os múltiplos níveis de diferenciação interna da comunidade.

A reorientação do foco analítico protagonizada pela Arqueologia Feminista e de Género tem tido também como consequência natural uma alteração na escala da análise; a já mencionada aproximação contextual (GILCHRIST 1999) tem privilegiado, em muitos casos, as escalas micro-espaciais, com linhas de análise particularmente interessantes dedicadas à *arqueologia dos espaços e das actividades domésticas* (Allison 1999), que oferecem um importante contraponto para os discursos tradicionais centrados na esfera pública e no tipo de relações

e representações que esta acolhe, e, no caso espanhol, à *arqueologia das actividades de manutenção*, entendidas como as tarefas que se relacionam com o sustento, bem-estar e reprodução dos membros do grupo (GONZÁLEZ MARCÉN, MONTÓN-SUBÍAS e PICAZO 2005; MONTÓN-SUBÍAS e SÁNCHEZ ROMERO 2008; GONZÁLEZ MARCÉN *et al.* 2007).

A uma escala que poderíamos considerar todavia mais micro, o interesse pelas lógicas de construção e representação da identidade de género, por um lado, e o enfoque na dimensão relacional dessas identidades tem também nalguns casos estabelecido pontes entre o inquérito relacionado com as questões de género e o problema da agência individual (CONKEY e GERO 1997: 420), chamando a atenção para a existência de comportamentos diferenciados no interior das comunidades analisadas, incluindo fenómenos de subversão e resistência.

Por fim, cumpriria resenhar nesta esquemática e incompleta panorâmica de algumas das tendências contemporâneas da Arqueologia Feminista e de Género o conjunto de linhas analíticas que, a partir de distintas posturas teóricas, se tem dedicado às questões da corporalidade – do corpo como *locus* de identidade, representação e poder (ALBERTI 2005) –, por um lado, e da sexualidade, por outro (MATHEWS 1994; SCHMIDT e VOSS 2000; VOSS 2000; 2005; 2006; 2008a; 2009).

Nestas últimas cumpriria destacar o influxo crescente, mas de alcance ainda a determinar, da Teoria Queer (DOWSON 2000a; 2000b; 2009; VOSS 2000; 2009), com o que esta acarreta de reconceptualização da dicotomia sexo/género, de desconstrução das narrativas de género a partir de uma epistemologia da desestabilização e de denúncia das narrativas hétero-normativas com a consequente marginalização das práticas e orientações sexuais não dominantes (BUTLER 1990; 1993).

O campo da Arqueologia da Sexualidade tem conhecido um grande desenvolvimento em anos recentes, e parece-me interessante assinalar a sua estreita relação com o estudo arqueológico de contextos de contacto e dominação cultural (VOSS 2008b; VOSS e CASELLA 2012); a economia sexual desse tipo de encontros, longamente ignorada pelas metodologias tradicionais de análise arqueológica, pode deter chaves importantes para a compreensão real de fenómenos que sempre se analisaram na esfera abstracta das “sociedades” ou das “culturas” em contacto.

Estas reflexões panorâmicas sobre algumas das linhas e conceitos actualmente vigentes na Arqueologia Feminista e de Género permitem

entrever, ainda que de forma muito incompleta, o vigor mas também a complexidade deste campo de análise, que tem conhecido um crescimento inexorável em determinados meios académicos. O caminho para a generalização destas leituras e, sobretudo, para a sua incorporação no discurso *mainstream* da disciplina está ainda, contudo, longe de se cumprir, e continuam a sentir-se marcadas resistências resultantes tanto de tradições epistemológicas profundamente enraizadas como das lógicas estruturais dos próprios meios académicos.

3. Genealogias disciplinares: a História da Arqueologia à luz das análises feministas e de Género

Se a aceitação e incorporação dos contributos da Arqueologia Feminista e de Género em relação às remotas sociedades do Passado tem sido difícil (cf. MONTÓN-SUBÍAS e LOZANO RUBIO 2012), seguramente também devido às lições que desses contributos se podem extrair para a correcção dos próprios desequilíbrios e enviesamentos do presente, o influxo feminista nas questões da historiografia e, se quisermos, da genealogia disciplinar tem encontrado, creio, e por maioria de razões, uma resistência ainda mais considerável.

O segundo nível a que me referi antes, o *historiográfico*, é de facto uma adição algo mais tardia à agenda da Arqueologia Feminista, tendo-se materializado sobretudo na esteira de um volume pioneiro dirigido por M. Díaz-Andreu e M. L. Stig Sørensen (1998). O projecto de recuperação da participação e dos contributos femininos na génese e no desenvolvimento da disciplina arqueológica permanece hoje tão premente e necessário como no final dos anos '90, em particular no caso português, onde esse papel permanece largamente ignorado.

Parece-me, contudo, pertinente tecer algumas reflexões críticas sobre a configuração que um empreendimento dessa natureza deveria assumir. Em primeiro lugar, gostaria de salientar que muitas vezes a tentação de reescrever de forma militante a história de uma disciplina pode-se materializar em lógicas de tipo *cherchez la femme* que, podendo ter virtualidades inegáveis, correm contudo o risco de perverter o objectivo de valorizar o papel feminino.

É importante recuperar do esquecimento as figuras – sejam elas, aliás, mulheres ou homens – que contribuíram para a introdução, desenvolvimento e institucionalização da Arqueologia em Portugal, principal-

mente naqueles casos em que o seu esquecimento se deva, sobretudo, a dinâmicas de selecção dos dados a utilizar na construção das narrativas genealógicas da disciplina. Como bem assinalavam já nos anos '90 M. Díaz-Andreu e M. L. Stig Sørensen (1998b), existem casos de contribuições importantes que, por não se materializarem em publicações e/ou no acesso a altos cargos institucionais ou académicos permanecem silenciados, muitas vezes de forma injusta.

Mas numa historiografia crítica da disciplina as ausências podem ser tão ou mais reveladoras que as presenças. Se as mulheres estiveram efectivamente afastadas durante longos períodos da prática arqueológica, o que é efectivamente importante é explicar as condições objectivas dessa ausência, e não necessariamente supri-la de forma forçosa. A tentativa de povoar o vazio com figuras femininas pode ter como efeito pernicioso uma efectiva ocultação da existência de umas condições sociopolíticas concretas que vedaram, ou pelo menos desencorajaram, a participação das mulheres na Arqueologia durante largos períodos da sua história.

A construção de uma historiografia crítica da disciplina não pode, pois, dispensar uma ancoragem no mais lato contexto histórico e cultural do seu desenvolvimento. No caso português, a presença/ausência e os contributos relativos das mulheres para o desenvolvimento da Arqueologia não podem dissociar-se da história da condição feminina no Portugal contemporâneo, da história das mentalidades e da vida privada nesse período, e da leitura do quadro político e institucional no qual a disciplina se gerou e prosperou. A pesquisa prosopográfica não é, sem dúvida, inútil, mas só cobra sentido se confrontada com leituras quantitativas e qualitativas, com análises da posição relativa dos agentes analisados nas redes do conhecimento e no tecido institucional da Arqueologia nacional e internacional.

Essa historiografia crítica não se esgota, de resto, na construção de repositórios de agentes e de cartografias do seu agrupamento em redes e nodos institucionais; de facto, e se é sabido que a Arqueologia portuguesa não é prolífica em elaborações teóricas, é hoje inegável que toda a investigação, por muito que pretenda ser objectiva e a-teórica, parte sempre de um contexto, de um ponto de vista historicamente situado, que comporta assunções e pressupostos, muitas vezes subliminares mas que ainda assim condicionam a interpretação dos dados empíricos (HARDING 1991; 2008; WYLIE 2003).

A exploração dessas assunções e pressupostos, em particular, no

que aqui nos interessa, no que diz respeito às identidades e relações de género, está ainda totalmente por fazer, e deve ser outra linha mais a desenvolver num futuro que se deseja próximo.

4. Palavras finais

Para concluir rapidamente as notas de trabalho coligidas neste contributo gostaria de reiterar o aspecto de complexidade que tentei transmitir ao longo da minha contribuição.

Complexidade da própria Arqueologia Feminista e de Género, com as suas múltiplas correntes, tendências e discussões teóricas; complexidade do campo metodológico para a leitura das identidades e relações de género no Passado distante, no Passado disciplinar e no Presente; complexidade, finalmente, dessas identidades e relações de género, que não podem já reduzir-se a arquétipos essencializados e reificados, tornando-se imprescindível reconhecer o seu carácter mutável, negociado e contextual.

A Arqueologia Feminista e de Género move-se, é certo, num espaço estreito entre a militância e a objectividade, mas penso que estão sobejamente demonstrados os seus contributos para um reforço da qualidade da produção científica da Arqueologia em geral através da crítica epistemológica e de um exercício reflexivo e autocrítico que, a par do realizado por múltiplas outras linhas dentro da chamada Arqueologia Pós-Processual, permitiu situar a produção do conhecimento no seu contexto histórico, calibrando assim os resultados da interpretação arqueológica e contribuindo para uma *objectividade forte* (HARDING 1986).

Em Portugal esse trabalho de reflexão e de incorporação crítica está, em grande medida, por fazer, mas há que reconhecer a existência de uma massa crítica de investigadores e um interesse crescente pela adopção de novas perspectivas e pela participação nos debates teóricos e metodológicos internacionais; esta tendência permite-nos ter esperança num desenvolvimento futuro de uma Arqueologia sempre mais completa, em que a Arqueologia Feminista e de Género terá, sem dúvida, um papel a desempenhar.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, Benjamin (2005) - Bodies in prehistory: beyond the sex/gender split. In: FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andrés; STOVEL, Emily (eds.), *Global Archaeological Theory*. Nova York: Springer, p. 107-120.
- ALLISON, Penelope M. (ed.) (1999) - *The Archaeology of Household Activities*. Nova York: Routledge.
- BERROCAL, María Cruz (2009) - Feminismo, teoría y práctica de una arqueología científica. *Trabajos de Prehistoria* 66 (2), p. 25-43.
- BERTELSEN, Reidar; LILLEHAMMER, Arnvid; NAESS, Jenny-Rita (eds.) (1987) - *Were they all men? An examination of sex roles in Prehistoric society*. Stavanger: Stavanger Archaeological Museum.
- BOAVENTURA, R. (2011) - Bodies in Motion. Implications of Gender in Long-Distance Exchange between the Lisbon and Alentejo Regions of Portugal in the Late Neolithic. In LILLIOS, Katina (ed.), *Comparative Archaeologies: The American Southwest (AD 900-1600) and the Iberian Peninsula (3000-1500 BC)*. Oxford: Oxbow, p. 207-219.
- BUGALHÃO, Jacinta (2013) - As Mulheres na Arqueologia Portuguesa. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César (eds.), *Arqueologia em Portugal: 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 19-23.
- BUTLER, Judith (1990) - *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*. Londres: Routledge.
- BUTLER, Judith (1993) - *Bodies that Matter: On the Discursive Limits of 'Sex'*. Londres: Routledge.
- CLAASSEN, Cheryl (1994) - *Women in Archaeology*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- CONKEY, Margaret; GERO, Joan (1997) - Programme to Practice: Gender and Feminism in Archaeology. *Annual Review of Anthropology* 26, p. 411-437.
- CONKEY, Margaret; SPECTOR, Janet (1984) - Archaeology and the Study of Gender. *Archaeological Theory and Method* 7. Nova York: Academic Press, p. 1-38.
- CORNWALL, Andrea; LINDISFARNE, Nancy (eds.) (1994) - *Dislocating Masculinity: Comparative Ethnographies*. Londres: Routledge.
- CRENSHAW, Kimberly (1989) - Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum* 14, p. 538-554.
- CRENSHAW, Kimberly (1991) - Mapping the Margins: Interseccionalidade, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review* 43 (6), p. 1241-1299.
- DAVIS, Kathy (2008) - Intersectionality as buzzword. A sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. *Feminist Theory* 9 (1), p. 67-85.
- DÍAZ-ANDREU, Margarita (2014) - Historia del estudio del género en Arqueología. *Saguntum Extra* 15, p. 25-32.
- DÍAZ-ANDREU, Margarita; MONTÓN-SUBÍAS, Sandra (2012) - Gender and Feminism in

- the Prehistoric Archaeology of Southwestern Europe". In BOLGER, Diane (ed.), *A Companion to Gender Prehistory*. Nova York: Wiley-Blackwell, p. 438-457.
- DÍAZ-ANDREU, Margarita; SØRENSEN, Marie Louise Stig (eds.) (1998a) - *Excavating Women: A History of Women in European Archaeology*. Londres: Routledge.
- DÍAZ-ANDREU, Margarita; SØRENSEN, Marie Louise Stig (1998b) - Towards an engendered history of archaeology. In DÍAZ-ANDREU, Margarita; SØRENSEN, Marie Louise Stig (eds.), *Excavating Women: A History of Women in European Archaeology*. Londres: Routledge, p. 1-28.
- DINIZ, M. (2006) - Para a história das mulheres na Pré-História: em torno de alguns atributos do discurso. *Promontoria* 4, p. 37-51.
- DOMMASNES, Eva; MONTÓN-SUBÍAS, Sandra (2012) - European Gender Archaeologies in Historical Perspective. *European Journal of Archaeology* 15 (3), p. 367-391.
- DOWSON, Thomas (2000a) - Homosexuality, Queer Theory and Archaeology. In THOMAS, Julian (ed.), *Interpretive Archaeology. A reader*. Londres: Leicester University Press, p. 283-289.
- DOWSON, Thomas (2000b) - Why Queer Archaeology? An Introduction. *World Archaeology* 32 (2), p. 161-165.
- DOWSON, Thomas (2009) - Queer Theory Meets Archaeology: Disrupting Epistemological Privilege and Heteronormativity in Constructing the Past. In GIFFNEY, Noreen; O'ROURKE, Michael (eds.), *The Ashgate Research Companion to Queer Theory*. Londres: Ashgate, p. 277-294.
- GAMBLE, Sarah (2001) - *The Routledge Companion to Feminism and Postfeminism*. Londres: Routledge.
- GERO, Joan (1983) - Gender bias in archaeology: a cross-cultural perspective. In GERO, Joan; LACY, David M.; BLAKEY, Michael L. (eds.), *The Socio-Politics of Archaeology*. Amherst: Society for American Archaeology, p. 51-57.
- GERO, Joan; CONKEY, Margaret (eds.) (1991) - *Engendering Archaeology: Women and Prehistory*. Oxford: Blackwell.
- GILCHRIST, Roberta (1991) - Women's archaeology? Political feminism, gender theory and historical revision. *Antiquity* 65, p. 495-501.
- GILCHRIST, Roberta (1999) - *Gender and Archaeology. Contesting the Past*. Londres: Routledge.
- GOMES, Francisco B. (2011) - Arqueologia e Género(s): de *strange bedfellows* a um paradigma crítico de leitura do Passado. *Sapiens: História, Património e Arqueologia* 5, p. 6-30.
- GONZÁLEZ MARCÉN, Paloma; MASVIDAL FERNÁNDEZ, Cristina; MONTÓN-SUBÍAS, Sandra; PICAZO i GURINA, Marina (2007) - *Interpreting household practices: reflections on the social and cultural roles of maintenance activities*. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona.
- GONZÁLEZ MARCÉN, Paloma; MONTÓN-SUBÍAS, Sandra; PICAZO i GURINA, Marina (eds.) (2005) - *Dones i activitats de manteniment en temps de canvi*. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona.
- HALL (2006) - Gender and Queer Theory. In MALPAS, Simon; WAKE, Paul (eds.), *The*

- Routledge Companion to Critical Theory*. Londres: Routledge, p. 102-114.
- HARDING, Sandra (1986) - *The Science Question in Feminism*. Ithaca: Cornell University Press.
- HARDING, Sandra (1991) - *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives*. Milton Keynes: Open University Press.
- HARDING, Sandra (2002) - 'Strong objectivity'. A response to the new objectivity question. In KOURANY, Janet A. (ed.), *The Gender of Science*. Englefield Cliffs: Prentice Hall, p. 340-352.
- HARDING, Sandra (2006) - *Sciences from Below: Feminisms, Postcolonialities, and Modernities*. Durham/Londres: Duke University Press.
- HEKMAN (2006) - Feminism. In MALPAS, Simon; WAKE, Paul (eds.), *The Routledge Companion to Critical Theory*. Londres: Routledge, p. 91-101.
- HERNANDO GONZALO, Almudena (2007) - Sexo, Género y Poder. Breve reflexión sobre algunos conceptos manejados en la Arqueología de Género. *Complutum* 18, p. 167-174.
- INSOLL, Timothy (ed.) (2007) - *The Archaeology of Identities: a reader*. Londres: Routledge.
- JORGE, Vítor Oliveira (1997) - Ideias prévias a uma pré-história do género. In *Actas dos 3's Cursos Internacionais de Verão de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 21-42.
- JORGE, Susana Oliveira; JORGE, Vítor Oliveira (1996) - Women in Portuguese Archaeology. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 36, p. 159-167.
- KEHOE, Alice B. (1999) - A resort to subtler contrivances. In SWEELY, Tracy L. (ed.), *Manifesting Power: Gender and the Interpretation of Power in Archaeology*. Londres: Routledge, p. 17-29.
- KNAPP, A. Bernard (1998a) - Boys will be boys: masculinist approaches to a gendered archaeology. In HAYS-GILPIN, Kelley; WHITLEY, David. S. (eds.), *Reader in Gender Archaeology*. Londres: Routledge, p. 365-373.
- KNAPP, A. Bernard (1998b) - Who's come a long way, baby? Masculinist approaches to a gendered archaeology. *Archaeological Dialogues* 5, p. 91-125.
- LOZANO RUBIO, Sandra (2011) - Gender Thinking in the Making: Feminist Epistemology and Gender Archaeology. *Norwegian Archaeological Review* 44 (1), p. 21-39.
- MATHEWS, Keith (1994) - An Archaeology of Homosexuality? Perspectives from the Classical World. In COTTAM, Sally; DUNGWOTH, David; SCOTT, Sarah; TAYLOR, Jeremy (eds.), *TRAC 94. Proceedings of the Fourth International Theoretical Roman Archaeology Congress*. Oxford: Oxbow, p. 118-132.
- MONTÓN-SUBÍAS, Sandra (2014) - Gender, Feminist, and Queer Archaeologies: Spanish Perspective. In SMITH, Claire (ed.), *Encyclopedia of Global Archaeology*. Nova York: Springer, p. 2981-2988.
- MONTÓN-SUBÍAS, Sandra; LOZANO RUBIO, Sandra (2012) - La arqueología feminista en la normatividad académica. *Complutum* 23 (2), p. 163-176.
- MONTÓN-SUBÍAS, Sandra; SÁNCHEZ ROMERO, Margarita (eds.) (2007) - *Engende-*

- ring Social Dynamics: The Archaeology of Maintenance Activities*. Oxford: Archaeopress.
- NELSON, Sarah M.; NELSON, Margaret C.; WYLIE, Alyson (eds.) (1994) - *Equity Issues for Women in Archaeology*. Arlington: American Anthropological Association.
- SÁNCHEZ ROMERO, Margarita (ed.) (2005) - *Arqueología y género*. Granada: Universidad de Granada.
- SCHMIDT, Robert A.; VOSS, Barbara L. (eds.) - *Archaeologies of Sexuality*. Londres: Routledge.
- SWEELEY, Tracy L. (ed.) (1999a) - *Manifesting Power. Gender and the interpretation of power in archaeology*. Londres: Routledge.
- SWEELEY, Tracy L. (1999b) - Introduction. In SWEELEY, Tracy L. (ed.), *Manifesting Power. Gender and the interpretation of power in archaeology*. Londres: Routledge, p. 1-14.
- VOSS, Barbara L. (2000) - Feminisms, queer theories, and the archaeological study of past sexualities. *World Archaeology* 32, p. 180-192.
- VOSS, Barbara L. (2005) - Sexual subjects: identity and taxonomy in archaeological research. In CASELLA, Eleanor; FOWLER, Chris (eds.), *The Archaeology of Plural and Changing Identities. Beyond Identification*. Nova York: Springer, p. 55-78.
- VOSS, Barbara L. (2006) - Sexuality in archaeology. In NELSON, Sarah M. (ed.), *The Handbook of Gender in Archaeology*. Lanham: Altamira, p. 365-400.
- VOSS, Barbara L. (2008a) - Sexuality Studies in Archaeology. *Annual Review of Anthropology* 37, p. 317-336.
- VOSS, Barbara L. (2008b) - *The Archaeology of Ethnogenesis: Race and Sexuality in Colonial San Francisco*. Berkeley: University of California Press.
- VOSS, Barbara L. (2009) - Looking for gender, finding sexuality: a queer politic of archaeology, fifteen years later. In TERENDY, Susan; LYONS, Natasha; JANSE-SMEKAL, Michelle (eds.), *Que(e)rying Archaeology: Proceedings of the 37th Annual Chacmool Archaeological Conference*, 29-39. Calgary: The Archaeological Association of the University of Calgary.
- VOSS, Barbara L.; CASELLA, Eleanor (eds.) (2012) - *The Archaeology of Colonialism: Intimate Encounters and Sexual Effects*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WHELEHAN, Imelda (1995) - *Modernist Feminist Thought: From the Second Wave to Post Feminism*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- WOLF, Eric R. (1990) - Distinguished Lecture: Facing Power – Old Insights, New Questions. *American Anthropologist* 92 (3), p. 586-596.
- WYLIE, Alison (2007) - Why standpoint matters. In FIGUEROA, Robert; HARDING, Sandra (eds.), *Philosophical Explorations of Science, Technology and Diversity*, Londres: Routledge, p. 26-49.
- WYLIE, Alison (2007) - The constitution of archaeological evidence. Gender politics and science. In INSOLL, Timothy (ed.), *The Archaeology of Identities: a Reader*. Londres: Routledge, p. 97-118.